



Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
0,74% São Paulo	185.548 186.596	Últimos 5,169	R\$ 1.621	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,52% Nova York	16/9 17/9 18/9 21/9	14/setembro 5,169 15/setembro 5,155 16/setembro 5,151 18/setembro 5,144					0,67 0,58 0,16 0,07 -0,32
		(- 0,70%)		R\$ 5,856	13,65%	13,65%	

APOSTAS

Dino mantém veto à publicidade de bets

Ministro do STF rejeitou pedido da ANJL para suspender decreto mineiro que proíbe propaganda em espaços públicos e também restringe anúncios de plataformas de conteúdo adulto e serviços sexuais em bens e eventos do governo

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, ontem, manter em vigor o decreto do governo de Minas Gerais que restringe a publicidade de casas de apostas esportivas, plataformas de conteúdo adulto e serviços de natureza sexual em bens públicos estaduais e em eventos promovidos ou apoiados pelo Executivo mineiro. A decisão foi tomada ao analisar pedido de liminar apresentado pela Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), que questiona a constitucionalidade da norma.

O decreto estabelece que imóveis e estruturas pertencentes ou administrados pelo Estado não podem ser utilizados para divulgação, promoção, patrocínio ou ações comerciais relacionadas às chamadas bets. A proibição também alcança eventos realizados pelo governo de Minas ou que recebam apoio institucional do Executivo. Além disso, a regulamentação impede que recursos públicos estaduais sejam empregados para financiar campanhas ou iniciativas de divulgação dessas atividades. Com a negativa da liminar, as regras continuam produzindo efeitos enquanto a controvérsia não é analisada de forma definitiva pelo Supremo.

Ao fundamentar a decisão, Dino afirmou que não encontrou, neste momento, elementos suficientes para justificar a suspensão imediata do decreto. O ministro considerou que a administração estadual possui margem de autonomia para estabelecer as condições de utilização de seus próprios bens, estruturas e recursos. Na avaliação apresentada na decisão, a restrição adotada pelo governo mineiro não impede a exploração econômica das apostas em todo o território estadual, mas disciplina a utilização de patrimônio e de atividades vinculadas ao poder público.

O relator também destacou que o princípio da livre iniciativa não possui caráter absoluto e deve ser analisado em conjunto com outros direitos e interesses protegidos pela Constituição. Entre os elementos considerados, estão a defesa do consumidor e a preservação do interesse público. Dino citou discussões

Rosinei Coutinho/STF



Ministro considerou que a administração estadual possui autonomia para estabelecer as condições de utilização de seus próprios bens

realizadas no Congresso Nacional, inclusive no âmbito da CPI das Bets, para contextualizar os efeitos sociais atribuídos à expansão do mercado de apostas no país. Entre os pontos mencionados estão preocupações com endividamento de famílias e com o aumento de comportamentos relacionados ao jogo compulsivo.

Na decisão, o ministro também fez referência a estudos e alertas sobre os impactos da ludopatia, além de dados relacionados ao uso de plataformas de apostas por beneficiários de programas sociais. O objetivo, segundo a fundamentação apresentada, foi demonstrar que a discussão sobre a publicidade das bets não se limita à liberdade econômica das empresas, mas envolve, também, possíveis consequências para consumidores considerados mais vulneráveis. Dino citou ainda alertas da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre os transtornos associados ao comportamento de jogo compulsivo.

Outro aspecto abordado pelo ministro foi a possibilidade

de utilização das plataformas de apostas para movimentação de recursos de origem ilícita. Dino mencionou investigações que relacionam empresas e operações do setor a suspeitas de lavagem de dinheiro e à atuação de organizações criminosas. Também foram citadas preocupações sobre determinadas estratégias de divulgação, incluindo mecanismos que poderiam levar consumidores a formar uma percepção distorcida sobre os ganhos obtidos com as apostas. Esses elementos foram utilizados na decisão para contextualizar a necessidade de atenção regulatória sobre o setor.

A ação foi apresentada pela ANJL ao STF no início de setembro e distribuída ao gabinete de Dino. A associação sustenta que o governo de Minas teria ultrapassado os limites de sua competência ao estabelecer, por meio de decreto, regras específicas para a publicidade de empresas de apostas. Segundo a entidade, a regulamentação das loterias e das atividades relacionadas

às apostas é de competência da União. A ANJL também argumenta que a norma estadual teria disciplinado matéria que dependeria de lei e poderia criar tratamento diferente para empresas submetidas a um regime regulatório nacional.

Regulação

A discussão ocorre em meio ao avanço da regulamentação das apostas de quota fixa no país e à ampliação do debate sobre os efeitos econômicos e sociais da atividade. No caso de Minas Gerais, o decreto foi editado pelo governo estadual com o objetivo de restringir a associação da administração pública com empresas e serviços considerados incompatíveis com a política adotada pelo Executivo. A medida alcançou não apenas a publicidade tradicional, mas também patrocínios, ativações de marca e outras formas de promoção comercial realizadas em espaços ou eventos vinculados ao poder público.

Lula avalia modelo uruguaio

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) demonstrou interesse em conhecer a experiência do Uruguai na regulamentação das apostas on-line, as chamadas bets. O tema foi discutido durante reunião bilateral com o presidente uruguaio, Yamandú Orsi, em Nova York, nos Estados Unidos.

O encontro ocorreu na véspera da abertura do debate geral da 81ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e durou cerca de 50 minutos. Além das apostas, Lula e Orsi trataram de comércio, infraestrutura e integração regional.

“Manifestei interesse em conhecer a experiência uruguaia de regulamentação das apostas on-line (bets)”, escreveu o presidente brasileiro em publicação nas redes sociais.

O interesse ocorre em meio ao endurecimento do governo contra as bets. Lula estuda medidas para restringir ou até proibir as plataformas, associando o avanço do setor ao aumento do endividamento das famílias.

O governo ainda discute como avançar sobre o tema. Um plano vem sendo debatido por integrantes do Ministério da Fazenda e do Banco Central, que avaliam medidas para ampliar o controle sobre a atividade e seus impactos econômicos. A regulamentação e a fiscalização do setor cabem atualmente à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA).

A experiência uruguaia apresenta diferenças em relação ao modelo adotado no Brasil, que permite diferentes empresas de apostas, enquanto o Uruguai adota regras mais restritivas.

No país vizinho, a Supermatch é a plataforma autorizada a oferecer apostas esportivas on-line em parceria com a Direção Nacional de Loterias e Quinielas. O modelo concentra a operação legal do segmento e estabelece maior controle estatal sobre a atividade.

PROJEÇÕES

Mercado recalibra cenário econômico

» PEDRO JOSÉ BORGES

O mercado financeiro reduziu a projeção para a taxa básica de juros, a Selic, no fim de 2026, de 13,75% para 13,50% ao ano, segundo o mais recente Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central. Ao mesmo tempo, a estimativa para a inflação subiu de 4,90% para 4,92%.

A mudança nas projeções ocorre uma semana após o Comitê de Política Monetária (Copom) reduzir a Selic em 0,25 ponto percentual, para 13,75% ao ano. O movimento também ocorre em meio a sinais de desaceleração da atividade econômica.

A projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026 caiu de 1,89% para 1,88%, na

segunda semana consecutiva de redução. Para 2027, a estimativa passou de 1,45% para 1,43%. As previsões para 2028 e 2029 permanecem em 1,87% e 2%, respectivamente.

Para Davi Lelis, economista e sócio da Valor Investimentos, as projeções do Focus mostram sinais distintos sobre a economia, com a redução da estimativa para os juros ocorrendo ao mesmo tempo em que a previsão para a inflação foi revisada para cima.

Segundo ele, a desaceleração da atividade econômica é um dos fatores que sustentam a expectativa de redução da Selic. “O esfriamento da economia é o principal argumento do mercado para projetar cortes de juros e esperar uma postura mais dovish por parte do Banco Central”, diz.

A expectativa de juros menores tende a reduzir a atratividade relativa de investimentos em renda fixa denominados em reais e pode favorecer ativos de risco. No mercado de câmbio, o dólar fechou a sessão de ontem a R\$ 5,103, com queda de 0,70%. O Ibovespa avançou 0,82%, aos 186.752,63 pontos.

No cenário externo, a queda dos preços do petróleo também contribuiu para um ambiente de menor pressão sobre inflação e juros. Ontem, os contratos do petróleo Brent recuavam cerca de 3%. Na semana passada, o dólar havia acumulado alta de 0,37%, encerrando o período cotado a R\$ 5,144. Em setembro, porém, a moeda registra queda de 0,69%.

O Ibovespa recuperou parte da perda registrada na semana

anterior, quando recuou 1,06% entre 14 e 18 de setembro.

Eleições

Além das expectativas para os juros, o cenário eleitoral começa a pesar nas decisões dos investidores. As eleições gerais estão marcadas para 4 de outubro e, segundo relatório da Nomad, a proximidade do pleito aumenta a percepção de risco e pode alterar as expectativas sobre as políticas econômica, fiscal e monetária.

A volatilidade tende a crescer à medida que se aproximam o primeiro e o segundo turnos, com pesquisas eleitorais ganhando peso nas projeções do mercado.

O relatório aponta, ainda, que o Ibovespa tem, em 2026,



Eleições elevam percepção de risco e volatilidade nos mercados

desempenho diferente do registrado em ciclos anteriores. Nos três e seis meses anteriores ao primeiro turno, o retorno acumulado do índice ficou abaixo da média das eleições de 2006 a 2022, refletindo o aumento da incerteza.

Para Lelis, a aproximação das eleições tende a aumentar as

oscilações dos ativos, independentemente das características específicas de cada disputa. “Existem características que se repetem antes de qualquer eleição; por isso, antes de focar no que pode mudar, é fundamental entender o que geralmente permanece igual para estruturar carteiras e portfólios”, afirma.